

# Reunião de Ministros de Meio Ambiente dos Países de Língua Portuguesa

Brasília, Brasil  
24 a 26 de maio de 2006



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - BRASIL

**III REUNIÃO DE MINISTROS DE MEIO AMBIENTE  
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP**

**DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA**

Os Ministros de Meio Ambiente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste – reunidos em Brasília, no dia 26 de maio de 2006,

*Reafirmando* o interesse em aprofundar a concertação político-diplomática entre nossos Países, como forma de dar expressão crescente aos interesses e necessidades comuns no seio da comunidade internacional;

*Tendo presente* ainda a relevância da cooperação nos domínios econômico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, e da implementação de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa;

*Ressaltando*, entre os objetivos que levaram à criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o de incentivar a cooperação bilateral e multilateral em todos os domínios, e em especial o que se refere à proteção e preservação do meio ambiente nos Países Membros, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável;

*Reconhecendo* que nossas riquezas naturais e culturais constituem um patrimônio social e soberano de nossos povos, assim como um potencial para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza nos nossos países;

*Tendo presente* os compromissos internacionais assumidos pelos países membros da Comunidade para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a implementação das três convenções da Cúpula do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do Plano de Implementação de Joanesburgo;

*Reconhecendo* o progresso realizado pelos Países no desenvolvimento de suas capacidades institucionais para a superação dos desafios crescentes impostos pelas agendas nacionais e global relativos a, entre outros:

- a) adaptação das mudanças climáticas;
- b) aumento da participação de fontes renováveis de energia;
- c) prevenção, adaptação, mitigação e resposta a desastres ambientais;
- d) conservação e uso sustentável da biodiversidade e a repartição equitativa dos benefícios;
- e) gestão integrada dos recursos hídricos;
- f) gestão das zonas marinhas e costeiras;
- g) prevenção e redução das ameaças ambientais à saúde humana; e,
- h) combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca.

*Convencidos* da importância de fomentar o intercâmbio de experiências e a cooperação em meio ambiente, bem como as sinergias entre os Estados Membros para o desenvolvimento de capacidades para a gestão ambiental;

*Decididos* a dar seguimento aos compromissos assumidos na II Conferência Ministerial sobre Ambiente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Maputo, em 2001;

**ACORDAM:**

Reafirmar o seu empenho na promoção da componente ambiental da CPLP como uma plataforma de análise, diálogo e concertação, e um mecanismo adequado para a participação, integração e cooperação no que se refere a temas de desenvolvimento sustentável, com ênfase na componente ambiental.

Continuar fortalecendo os laços de cooperação entre os Países de Língua Portuguesa, tendo em vista a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de seus países, no quadro do combate à pobreza, da promoção do desenvolvimento sustentável e das práticas de boa governança.

Promover a crescente e ampla participação de todos os setores da sociedade civil como parceiros essenciais na evolução para um desenvolvimento mais equitativo, solidário e sustentável.

Adotar a Plataforma de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na Área Ambiental, que é parte desta Declaração.

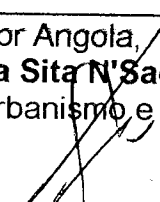
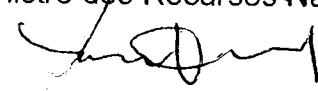
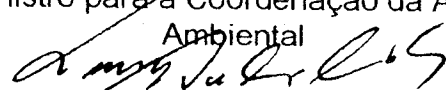
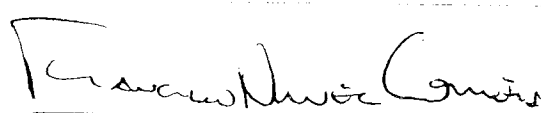
Realizar, a cada dois anos, Reunião dos Ministros de Meio Ambiente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com vista a avaliar e monitorar os resultados alcançados na implementação da Plataforma de Cooperação, bem como definir prioridades e estratégias de implementação.

Coordenar esforços no sentido de obter, nos níveis nacionais e internacional, os fundos e recursos necessários à implementação de projetos e atividades decididos no âmbito da Plataforma de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na Área Ambiental, particularmente aqueles em formato triangular e multilateral.

Fazer chegar aos Chefes de Estado e de Governo da CPLP a decisão dos Ministros de Meio Ambiente de cooperar ativamente na promoção do desenvolvimento sustentável e dar a conhecer os passos que estão sendo dados no sentido de aprofundar essa cooperação; com esse objetivo, decidem encaminhar a presente Declaração ao Secretariado da CPLP, a fim de que a dimensão ambiental possa ser devidamente considerada na agenda da próxima Cimeira.

Acolher a oferta de Angola de sediar a IV Reunião de Ministros, a realizar-se em 2008, bem como considerar a possibilidade de Cabo Verde de sediar a V Reunião, no ano de 2010.

Feita em Brasília aos 26 de maio de 2006

<hr/> <p>Por Angola, <b>Diekumpuna Sita N'Sadisi José</b> Ministro do Urbanismo e Ambiente</p> 	<hr/>  <p>Pelo Brasil, <b>Marina Silva</b> Ministra do Meio Ambiente, por meio de <b>Cláudio Langone</b>, Secretário-Executivo do Ministério</p>
<hr/> <p>Por Cabo Verde, <b>Maria Madalena Brito Neves</b>, Ministra do Ambiente e Agricultura, por meio de <b>Luis Dupret</b> Embaixador de Cabo Verde no Brasil</p> 	<hr/> <p>Pela Guiné-Bissau, <b>Aristides Ocante da Silva</b> Ministro dos Recursos Naturais</p> 
<hr/> <p>Por Moçambique, <b>Luciano André de Castro</b> Ministro para a Coordenação da Ação Ambiental</p> 	<hr/>  <p>Por Portugal, <b>Francisco Nunes Correia</b> Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional</p>
<hr/>  <p>Por São Tomé e Príncipe, <b>Manuel de Deus Lima</b>, Ministro dos Recursos Naturais e Ambiente, por meio de <b>Arlindo de Ceita Carvalho</b> Diretor Nacional de Gabinete de Ambiente</p>	<hr/>  <p>Pelo Timor Leste, <b>Estanislau Aleixo da Silva</b> Ministro da Agricultura, Florestas e Pesca</p>